

# É vital fazer uma auditoria da dívida

GAZETA MERCANTIL

30 MAR 1990

Eliseu A. R.  
Bianchessi\*

Ponto comum nas plataformas eleitorais de todos os candidatos à Presidência da República, a dívida externa deixou de ser assunto restrito aos gabinetes governamentais para se tornar tema de discussão dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira.

É de conhecimento público que nela reside um dos grandes males de nossa economia e, como tal, necessita ser administrada de forma urgente e favorável ao País. Pagar a dívida tornou-se atitude impopular e, por consequência, durante a campanha eleitoral muito se propalou o "calote" aos nossos credores internacionais. Poucas vezes, no entanto, se esclareceu o povo sobre as consequências de um calote irresponsável.

Felizmente, pelo que se tem notícia, essa hipótese está afastada dos planos econômicos do novo governo. Ao que tudo indica será tomado o caminho racional de uma negociação que por certo buscará equacionar a situação sem prejuízos ao normal desenvolvimento do País.

Tem-se, no entanto, uma grande expectativa a respeito de uma providência fundamental que, a nosso ver, antecede a qualquer negociação definitiva. Trata-se da auditoria da dívida externa, a qual deverá proceder ao levantamento da estrutura atual para não só concluir a respeito da adequação de seu saldo mas também investigá-la desde a sua origem, passando pela movimentação dos recursos contratados, analisando as condições em que foram efetuadas tais contratações e identificando a efetiva aplicação desses recursos.

*Externa*  
Um trabalho dessa natureza dará ao governo condições seguras de partir para uma negociação com pleno conhecimento da situação. Adicionalmente se teria identificadas todas as eventuais irregularidades que porventura tenham sido praticadas nas contratações dos empréstimos, dando ao governo condições de tomar as providências cabíveis.

A rigor nem caberia ao novo governo optar pela realização ou não dessa auditoria, uma vez que a própria Constituição traz essa determinação expressa. Com base nessa ordem constitucional, o Congresso Nacional, através de uma comissão mista, analisou com bastante profundidade o assunto e colheu depoimentos de pessoas ligadas à área. Em seu parecer final, o relator da comissão, deputado Luiz Salomão, concluiu, entre outras coisas, sobre a necessidade da contratação de serviços especializados para realização da auditoria.

Como se vê, o futuro governo tem todas as condições para determinar de imediato que se proceda a esse levantamento exigido pela Constituição, autorizado pelo Congresso Nacional e reclamado pela Nação, a qual, em última análise, é a maior interessada em ver "as limpas" esta questão.

Parece-nos que com essa providência o governo estará dando a primeira grande prova de seu real interesse em dar total transparência às coisas públicas, podendo ser este o primeiro passo para que se obtenha o necessário apoio da sociedade para outras tantas medidas que terá de tomar para o saneamento da nossa economia e o fortalecimento do nosso país.

\* Presidente da Campiglia, Bianchessi & Cia. Auditores.